

Relatório Trimestral de Atividades

1º Trimestre de 2013

Relatório Trimestral de Atividades

1º Trimestre de 2013

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2013

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.
Relatório Trimestral de Atividades: 2013 / Tribunal de Contas do Estado.
Vitória/ES: TCEES, 2013.
33p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2013.
I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Ouvidor

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

Auditor Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Diretora Geral de Secretaria

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

**ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE**

**NEGÓCIO
CONTROLE EXTERNO**



VISÃO

**SER INSTITUIÇÃO DE
EXCELÊNCIA NA
ORIENTAÇÃO E NO
CONTROLE DA GESTÃO
DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015**

VALORES

**PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 1º trimestre de 2013.

Nesse 1º trimestre, podemos destacar, dentre as atividades realizadas pelo TCEES, a homologação do concurso público e nomeação dos novos servidores e a realização do II Seminário de Orientação aos Prefeitos.

O concurso público, realizado em 2012, foi homologado em janeiro de 2013. O novo auditor substituto de conselheiro do TCEES, Eduardo Perez, foi empossado na sessão plenária do dia 14/02/2013. Os novos auditores de controle externo tomaram posse em ato solene, realizado no auditório do TCEES, no dia 04/03/2013.

O II Seminário de Orientação aos Prefeitos, realizado em 06/02/2013, reuniu mais de 240 pessoas no auditório do TCEES, sendo mais de 45 chefes do Executivo. Neste evento, foi destacada como instrumento de precaução, a instalação de sistema de controle interno nos municípios e Câmaras.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 1º trimestre de 2013, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 24 de junho de 2013

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
Presidente

1	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES	7
2	AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
3	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	9
3.1	<i>PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE</i>	9
3.2	<i>AÇÕES DO PLENÁRIO</i>	10
3.3	<i>AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO</i>	15
3.4	<i>COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS</i>	18
4	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	19
4.1	<i>GESTÃO DE PESSOAS</i>	19
4.2	<i>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS</i>	21
4.3	<i>SERVIÇOS GERAIS</i>	23
4.4	<i>CONTROLE DOCUMENTAL</i>	23
4.5	<i>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL</i>	23
5	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25
6	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	27
7	CORREGEDORIA	28
8	OUVIDORIA	29
9	CONTROLE INTERNO	30
10	PLANEJAMENTO E PROJETOS	31
	ANEXOS	32

1 COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2 AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ Realização do Seminário GEO-Obras.
- ✓ Realização do II Seminário Orientações aos Novos Prefeitos.
- ✓ Realização do II Workshop para Jornalistas.
- ✓ Realização do seminário: Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local – Parceria TCEES e SEBRAE.
- ✓ Realização do I Seminário Regional de Gestão Pública Municipal – Parceria TCEES/ AMUNES - Polo Santa Teresa.

GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA A PROJETOS

- ✓ Inicialização do projeto Indicador: Desenvolver competências técnicas e gerenciais.
- ✓ Inicialização do projeto Benefícios das ações de controle externo para a sociedade.
 - ✓ Inicialização do projeto Reformular o relatório de atividades do TCEES.

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ Assinatura de Termo de Cooperação Mútua com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES).
- ✓ Assinatura de Convênio com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).
- ✓ Celebração do 1º termo aditivo ao Convênio com a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo (UFES).

APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA

- ✓ Adequação do espaço físico e do ambiente de trabalho do TCEES.
 - ✓ Adequação do mobiliário às normas técnicas e ergonômicas.

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ Homologação do concurso público e nomeação dos novos servidores para os cargos: de Auditor (Conselheiro Substituto) e de Auditores de Controle Externo, em 07/01/2013.
- ✓ Realização do Programa de Ambientação para os Novos Servidores, no período de 05 a 27/03/2013, nas dependências do TCEES.

POSSE E VACÂNCIA

- ✓ Posse do novo auditor substituto de conselheiro do TCEES, Eduardo Perez, na sessão plenária ocorrida no dia 14 de fevereiro de 2013.
- ✓ Posse dos novos auditores de controle externo, durante solenidade realizada no auditório do TCEES, no dia 04 de março de 2013.

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<i>Auditorias realizadas</i>	27
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.767
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	45
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	122
<i>Processos de controle externo</i>	2.600
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	1.368
<i>Atos de pessoal apreciados</i>	3.356
<i>Denúncias julgadas</i>	6
<i>Denúncias julgadas procedentes</i>	-
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	21
<i>Acórdãos proferidos</i>	110
<i>Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades</i>	62
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	3
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	1
<i>Acórdãos em atos de gestão - julgados irregulares</i>	-
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	21
<i>Recursos com provimento negado</i>	4

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

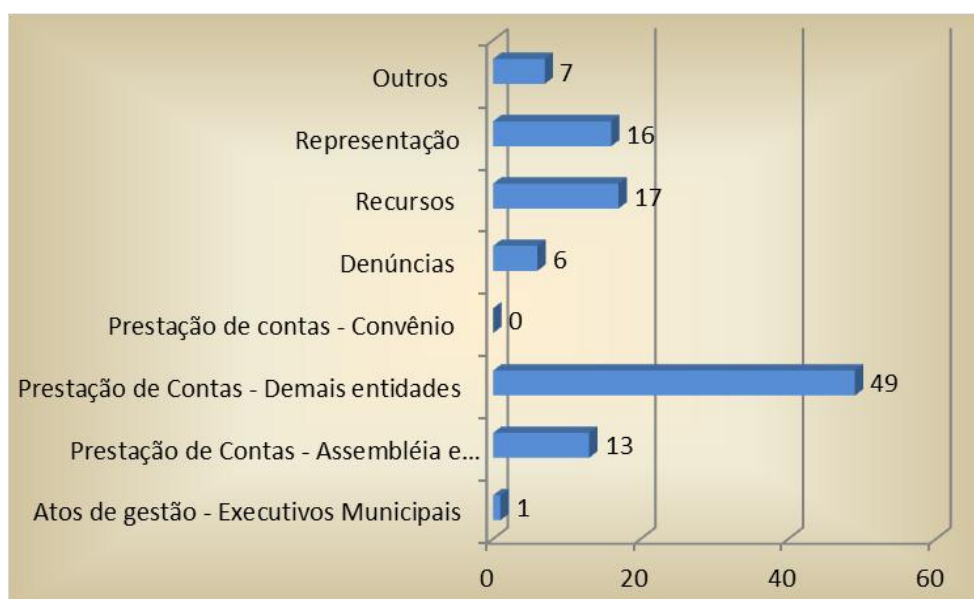
O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Sessões Plenárias	1º trim 2012	1º trim 2013
Sessões plenárias	29	20
Ordinária	23	18
Especial	4	-
Administrativa	2	2
Processos em pauta	2.438	1.623
Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.385	1.368
Chamamentos relativos a processos	828	986
Notificações	371	508
Citações	457	478

Atos do Plenário	1º trim 2012	1º trim 2013
Decisões	2.292	1.388
Acórdãos (*)	91	110
Pareceres prévios	13	25
Pareceres em consulta	3	13
Resoluções	6	5
Total	2.404	1.541

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

Julgamento Conclusivo



Resultados dos Acórdãos	1º trim 2012	1º trim 2013
JULGAMENTO CONCLUSIVO	94	110
Atos de gestão – Executivos Municipais	8	1
Regular	-	-
Regular com ressalva	1	1
Irregular	6	-
Saneado	-	-
Outros	1	-
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	8	13
Regular	4	9
Regular com ressalva	-	2
Irregular	2	2
Saneado	2	-
Outros	-	-
Prestação de Contas - Demais entidades	41	49
Regular	30	43
Regular com ressalva	7	6
Irregular	2	-
Saneado	-	-
Outros	2	-
Prestação de Contas - Convênio	-	-
Regular	-	-
Regular com ressalva	-	-
Irregular	-	-
Saneado	-	-
Outros	-	-
Denúncias	12	6
Procedente	2	-
Parcialmente procedente	-	2
Improcedente	6	2
Saneado	1	-
Outros	3	2
Recursos	9	17
Provimento	-	6
Provimento parcial	4	5
Negado provimento	1	4
Saneado	-	-
Outros	4	2
Representação	11	16
Procedente	4	4
Parcialmente procedente	1	5
Improcedente	2	4
Saneado	-	-
Outros	4	3
Outros assuntos	5	7
Regular	2	-
Irregular	1	1
Improcedente	-	-
Saneado	-	-

Resultados dos Acórdãos	1º trim 2012	1º trim 2013
Procedência	-	-
Regular com ressalva	1	3
Outros	1	3
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	1	1
Multa	1	1
Tornar insubsistente acórdão	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-
Anular acórdão	-	-
Extinção da obrigação	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-
Outros	-	-
Total	95	110

Resultado das Decisões	1º trim 2012	1º trim 2013
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.279	1.221
Registro	1.279	1.221
Admissão	811	571
Aposentadoria	342	519
Pensão	98	38
Reforma	4	27
Transferência para reserva	19	51
Revisão de proventos	1	1
Retificação de ato	4	14
Reexame de decisão	-	-
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	185	152
Deferir parcelamento	-	17
Arquivar	29	61
Revelia	15	25
Quitação	-	-
Consulta - não conhecer	3	-
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	1	-
Devolver à origem	11	7
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	-	-
Alerta	74	16
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	3	-
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3	-
Denúncia – receber / apurar	-	6
Outras	46	20
Total	1.464	1.373

Resultados dos Pareceres Prévios	1º trim 2012	1º trim 2013
Prestação de Contas	10	21
Parecer pela aprovação	10	9
Parecer pela rejeição	-	2
Reformular parecer - aprovação	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-
Outros	-	10
Recursos	3	4
Negar provimento - aprovação	-	-
Negar provimento - rejeição	-	-
Provimento - Reformular parecer - aprovação	1	4
Provimento - anular parecer	-	-
Provimento - Reformular parecer - rejeição	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-
Não conhecer	2	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão -	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir	-	-
Perda do objeto	-	-
Outros	-	-
Total	13	25

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0001	C. de Afonso Cláudio (Nilton Luciano de Oliveira)	Alienação de bens móveis do Poder Legislativo – Procedimento licitatório – Prefeitura Municipal – Regra – Receita repassada ao Poder Executivo – Doação de bens móveis inservíveis – Poder Legislativo – Não gera receita.
0002	Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra	Instituto de Previdência de Servidores Municipais - Recursos Previdenciários - Disponibilidades de Caixa - Obrigatoriedade de Aplicação em Instituições Financeiras Oficiais - Artigo 164, §3º, da Constituição Federal e artigo 43, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Instituição
0003	C. de Rio Bananal (Ademir Alves Laurete)	Licitação – Empresas com sócio em comum – Oferta de lance ou proposta a itens distintos – Ausência de óbice legal – Convite – Empresas com sócio em comum – Participação vedada.
0004	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapemirim (Antônio Gomes)	Repasse de recursos financeiros - Transferência de recursos financeiros de Autarquia para Instituto de Previdência - Elemento de despesa - Repasse de contrapartida em convênio - Contribuição patronal - Modalidade "91".
0005	P. de Pinheiros (Antônio Carlos Machado)	Modalidade de licitação - Critérios para parcelamento do objeto da contratação - Admissibilidade - Viabilidade técnica e econômica - Observância da modalidade correspondente ao valor total - Fracionamento de despesas.
0006	DER (Eduardo Antônio Mannato Gimenes)	Aquisição de equipamentos de fiscalização eletrônica de trânsito – Especificação dos locais de instalação no edital de licitação – Desnecessidade – Serviço executado pela própria administração.
0007	P. de Castelo (Cleone Gomes do Nascimento)	Convocação para Pregões Eletrônicos – Publicidade exclusivamente por meio eletrônico – Possibilidade condicionada.
0008	P. de Rio Novo do Sul (Estevam Antônio Fiório)	Fundos Especiais previstos na Lei nº 4.320/64 – Inscrição própria no CNPJ – Necessidade.

0009	P. Ibitirama (Javan de Oliveira Silva)	Recursos do salário educação – Custeio das despesas com merenda escolar – Impossibilidade.
0010	P. Castelo (Cleone Gomes do Nascimento)	Criação de Fundo Municipal – Unidade gestora – Procedimentos Contábeis – Aspectos patrimoniais – Identificação dos bens patrimoniais com plaquetas do Fundo.
0011	C. Ecoporanga (Denivaldo Alves Caldeira)	Serviços jurídicos do Município – Poder legislativo – Cargo efetivo – Provedimento mediante concurso público – Contratação temporária – Casos excepcionais.
0012	P. Castelo (Cleone Gomes do Nascimento)	Educação integral – Remuneração de profissionais – Profissionais do magistério – 60% do FUNDEB – Profissionais que atuam na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública – 40% do FUNDEB – Despesas com a manutenção do contraturno – Possibilidade de serem computadas nos 25% das Receitas provenientes de Impostos que os Municípios destinam à educação.
0013	P. Rio Bananal (Felismino Ardizzon)	Professor atuando em desvio de função – Remuneração – 60% dos recursos anuais que compõem o FUNDEB – Impossibilidade – Remuneração por outra fonte de recursos.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
253	Estabelece normas e procedimentos sobre a utilização do serviço de telefonia móvel no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	23/01/2013
254	Altera o §5º, do Art. 13 da Resolução TC nº 182/2002, estabelecendo que o prazo de substituição por Auditor não excederá a 180 (cento e oitenta) dias, por convocação.	23/01/2013
255	Dá nova redação ao caput e parágrafo 2º do artigo 4º da Resolução TC Nº 245, de 24 de julho de 2012 que dispõe sobre o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas - GEO-OBRAS ES e estabelece procedimentos de cadastramento e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, executados pelas unidades gestoras estaduais e municipais.	01/03/2013
256	Altera dispositivos da Resolução TC nº 247/2012.	06/03/2013
257	Altera dispositivos da Resolução TC nº 227, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprova o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, estabelece prazos e dá outras providências.	12/03/2013
Total no trimestre		5

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

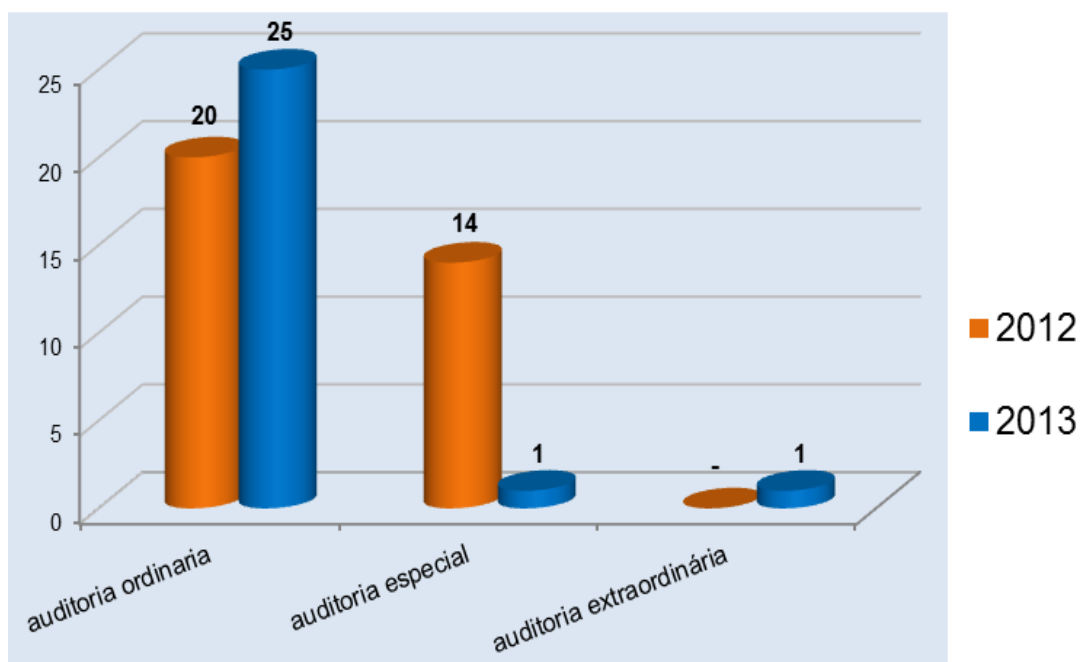
As auditorias de iniciativa externa (denúncias, representações etc) e de iniciativa interna, a serem realizadas pelo TCEES, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF). O PAF é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, aprovado em Plenário.

O Plano Anual de Fiscalização 2013 apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, destacadas abaixo:

- O Tribunal visitou todos os municípios em 2012. Em 2013 a prioridade será a execução de auditorias de iniciativa externa (denúncias e representações), as quais serão realizadas durante o 1º semestre de 2013;
- As auditorias de iniciativa própria ficarão restritas aos municípios com maior execução orçamentária, e a sua realização ocorrerá no período de julho a outubro de 2013;
- Serão elaborados planos de auditoria específicos para cada órgão, conforme a execução de despesa dos mesmos;
- O período de novembro a dezembro de 2013 será reservado para a realização de auditorias derivadas de representações ou denúncias, consideradas urgentes pelo Plenário e que não possam se submeter ao rito normal de inclusão na programação do próximo ano.

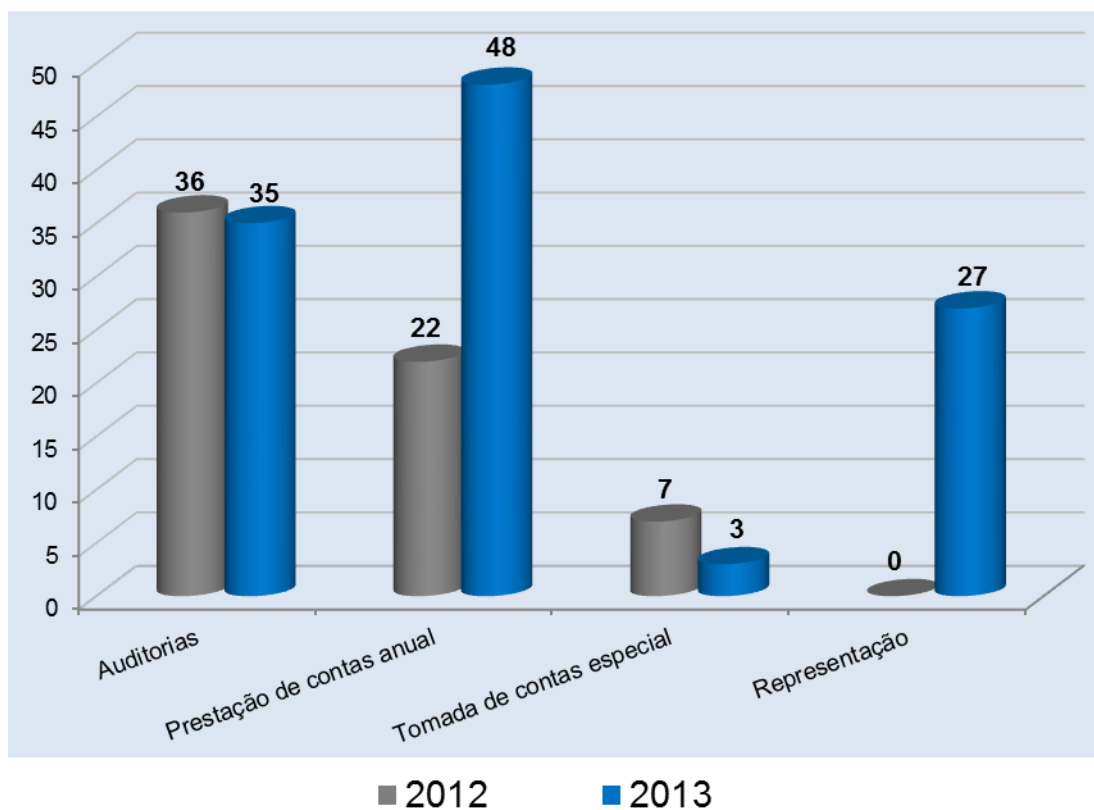
Portanto, a análise comparativa do volume de auditorias realizadas em 2013 em relação a 2012 deverá levar em conta os novos procedimentos estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização 2013.

AUDITORIAS REALIZADAS¹



1 - O Plano Anual de Fiscalização 2013 (PAF 2013) apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, conforme detalhado na página anterior.

INSTRUÇÕES TÉCNICAS INICIAIS CONCLUÍDAS



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	1º trim 2012	1º trim 2013
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	29	85
Relatórios da LRF analisados ²	112	93
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	91	51
Instruções preliminares em representações	72	29
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	119	136
de auditorias	51	39
de prestação de contas anual (PCA)	68	79
de outros processos	-	18

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS

	1º trim 2012	1º trim 2013
Aposentadoria	925	1.073
Pensão	204	124
Admissão	1.016	2.150
Outros	3	9
Total	2.148	3.356

CONSULTAS E RECURSOS

	1º trim 2012	1º trim 2013
Despachos técnicos elaborados	5	4
Consultas pessoais atendidas	30	16
Consultas telefônicas atendidas	204	316
Instruções técnicas elaboradas	50	54
Consulta	5	18
Recurso	45	36
Casos especiais	-	-

MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS

	1º trim 2012	1º trim 2013
Manifestações técnicas	13	17
Recursos de Reconsideração, Revisão, Embargos e Defesa Oral	7	2
Comunicação de Tomada de Contas (art. 4º e 12 da IN nº 08/2008)	6	1
Outros	-	14
Instruções preliminares em representação	73	123
Análise de Edital (representação/denúncia)	14	8
Informações/Manifestações Técnicas Diversas	46	114
Instruções preliminares em representação (medida cautelar)	13	1
Manifestação técnica de defesa	3	4
Instrução técnica de monitoramento fiscal	1	2
Instrução de pedidos de informação	33	143

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
01	Alteração da composição da Comissão Técnica responsável pela análise da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado do Espírito Santo, instituída pela Portaria N nº 76/2012.	11/01/13
05	Comissão para elaborar o projeto <i>Indicador: Desenvolver competências técnicas e gerenciais.</i>	31/01/13
06	Comissão para elaborar o projeto <i>Benefícios das ações de controle externo para a sociedade.</i>	05/02/13
11	Comissão para elaborar o projeto <i>Reformular o relatório de atividades do TCEES.</i>	28/03/13

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Em 2012, foi realizado o concurso público de provas e títulos para provimento dos cargos de Auditor (Conselheiro Substituto) e de Auditor de Controle Externo do TCEES. Para a organização e realização desse concurso foi contratada o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UNB).

O concurso público foi homologado em 07/01/2013. O novo auditor substituto de conselheiro do TCEES, Eduardo Perez, foi empossado na sessão plenária do dia 14/02/2013. A vaga preenchida pelo novo auditor estava aberta desde 2008 e era ocupada pelo Conselheiro Carlos Ranna, que assumiu a função de conselheiro nesse mesmo ano. O auditor tem a função de substituir os conselheiros nos casos de ausências, férias, impedimentos, licenças e afastamentos. Devem ainda relatar proposta de decisão, a ser apreciada em plenário, dos processos a eles distribuídos. Os auditores participam de todas as sessões do TCEES.

No dia 04/03/2013 foi realizado o ato solene de posse dos novos auditores de controle externo, no auditório do TCEES. No evento, os servidores assistiram à palestra sobre ética com o especialista Usiel de Souza. Os novos auditores de controle externo estão preenchendo as vagas que estavam disponíveis por conta da aposentadoria de pessoal. Dos 35 novos servidores, cinco são para a área de Auditoria Governamental, seis para Ciências Contábeis, 12 para área de Direito, seis para Engenharia Civil e seis para Tecnologia da Informação.

Complementando a posse dos novos auditores de controle externo, foi realizado nas dependências do TCEES, de 05 a 27/03/2013, o Programa de Ambientação para os Novos Servidores, no qual os novos servidores receberam orientações da equipe técnica do TCEES sobre procedimentos licitatórios, código de ética, auditoria de obras, controle interno, auditoria de contratos administrativos e outros. Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) abordaram os temas: Auditoria de Conformidade e Responsabilidade perante os TCs: prática e jurisprudência.

Atualmente, o quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Servidores por categoria	1º trim 2012	1º trim 2013
Servidores do TCEES	625	632
Em atividade	476	474
Efetivos	247	269
Comissionados	211	189
Estáveis	18	16
Inativos	149	158
Servidores cedidos pelo TCEES	13	7

Estagiários	1º trim 2012	1º trim 2013
Nível superior	67	229
Nível médio	23	70

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	1º trim 2012	1º trim 2013
Eventos	24	38
Eventos para servidores do TCEES	20	13
Interno (promovido pelo TCEES)	6	2
Externo (promovido por outras instituições)	6	5
Iniciativa do servidor	3	-
Outros eventos	5	6
Eventos para jurisdicionados TCEES	4	25
Pessoas capacitadas	395	1.100
Servidores e membros do TCEES	230	91
Jurisdicionados	165	1.009
Horas de capacitação	7.069	9.819
Servidores e membros do TCEES	4.447	3.974
Jurisdicionados	2.622	5.845

Destacamos alguns dos principais eventos realizados no 1º trimestre de 2013:

- ✓ Ato solene de posse dos novos servidores – 04/02/2013..
- ✓ Programa de ambientação para novos servidores – 05 a 27/03/2013.
- ✓ Seminário GEO-OBRS – 14/01 a 05/02/2013.
- ✓ II Seminário de orientações a novos prefeitos – 06/02/2013.
- ✓ II Workshop para jornalistas – 15/02/2013.
- ✓ Seminário: Os tribunais de contas e o desenvolvimento local – Parceria TCEES e Sebrae – 13/03/2013.
- ✓ I Seminário regional de gestão pública municipal – Parceria TCEES/AMUNES – Polo Santa Teresa – 18 a 19/03/2013.
- ✓ Oficina: Sistema informatizado GEO-OBRS – Parceria TCEES/AMUNES – Polo Santa Teresa – 20/03/2013.
- ✓ Oficina: Controle interno – Principais aspectos – Parceria TCEES/AMUNES – Polo Santa Teresa – 20/03/2013.
- ✓ Oficina: Limites constitucionais e legais – Parceria TCEES/AMUNES – Polo Santa Teresa – 20/03/2013.
- ✓ Minicurso: Procedimentos das contratações públicas - Parceria TCEES/AMUNES – Polo Santa Teresa – 21/03/2013.
- ✓ Visitas técnicas aos tribunais de contas da Paraíba (TCEPB), Paraná (TCEPR) e São Paulo (TCESP).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 20.401 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento do TCEES para o exercício de 2013 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 125.722.200,00, sendo R\$ 125.692.200,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/03/13.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	122.871.975,00	122.871.975,00	71.574.381,10	25.571.120,30	25.264.683,59
Pessoal	104.627.042,00	104.627.042,00	62.485.480,89	23.657.892,46	23.351.531,75
Pessoal - Ativo	84.550.658,00	84.550.658,00	62.485.480,89	23.657.892,46	23.351.531,75
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	20.076.384,00	20.076.384,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	18.244.933,00	18.244.933,00	9.088.900,21	1.913.227,84	1.913.151,84
Despesa de capital (investimento)	2.850.225,00	2.850.225,00	428.301,22	42.903,00	42.903,00
Total Geral	125.722.200,00	125.722.200,00	72.002.682,32	25.614.023,30	25.307.586,59
Total Disponível ⁽³⁾	105.645.816,00	105.645.816,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 9.979/13 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	Janeiro a Dezembro 2011	Janeiro a Dezembro 2012
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	62.501.970,88	75.547.182,64
Receita Corrente Líquida – R\$	9.772.997.585,34	10.915.833.390,24
Limite apurado – %	0,640	0,692
Limite máximo – 1,300 %	127.048.968,61	141.905.834,07
Limite prudencial – 1,235 %	120.696.520,18	134.810.542,37

4.3 SERVIÇOS GERAIS

Em março, iniciou-se a obra de manutenção do edifício sede do TCEES, considerado patrimônio público do estado. Essa obra, cuja previsão é de 360 dias, está sendo realizada nos três pavimentos da edificação principal do TCEES e contempla a recuperação estrutural das vigas, pilares e platibandas, pintura interna e externa, substituição de divisórias do pavimento térreo, recuperação do piso do pavimento térreo e reforma da cobertura.

4.4 CONTROLE DOCUMENTAL

Controle documental	1º trim 2012	1º trim 2013
Correspondências expedidas	4.257	3.442
Correspondências recebidas	4.263	3.644
Nº de processos autuados	2.091	2.767
Processos de Pessoal do TCEES	11	45
Processos Administrativos do TCEES	147	122
Processos de Controle Externo	1.933	2.600

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	1º trim 2012	1º trim 2013
Atendimentos a jornalistas	130	92
Jornalistas recebidos no TCEES	130	64
<i>Releases</i> enviados à imprensa	8	89
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.400	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	6	163
Notícias inseridas na Intranet	33	12
Campanhas internas realizadas	-	1
Campanhas solidárias realizadas	-	1

Em 2012, foi regulamentada a Política de Governança de Tecnologia da Informação do TCEES (PGTI/TCEES - Resolução TCEES nº 237/2012, DOE 11/05/12), cuja finalidade é assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio do Tribunal.

Por meio da Portaria N nº 70 (DOE 05/11/12), foi criado e instalado o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), responsável por definir as prioridades e a forma de governança em TI no TCEES.

Na área de desenvolvimento, em 2012, foram desenvolvidos/customizados e implantados o novo Portal, a nova Intranet, o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBRAS e o Sistema de Apoio de Gestão dos Recursos do Estado - SAGRES. Atualmente, encontram-se em fase final de desenvolvimento o Diário Eletrônico e o CIDADES-WEB.

Na área de infraestrutura, o TCEES, em 2012, realizou a interligação à rede metropolitana da Grande Vitória - Rede Metro (rede de fibra ótica) e recebeu a doação do equipamento HP C-3000. Esse equipamento já está em operação e permitirá expandir em 10 vezes a capacidade de armazenamento de dados.

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 1º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trim 2012	1º trim 2013
Estações de trabalho	445	570
Servidores com acesso à Internet	477	526
Auditorias com participação da área de informática	-	-
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	9	3
Sistemas em funcionamento	35	35
Desenvolvidos pela 10ª CT	23	23
Adquiridos	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	É um sistema de remessa por meio da Internet e processamento dos dados referentes à abertura do exercício.

6 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

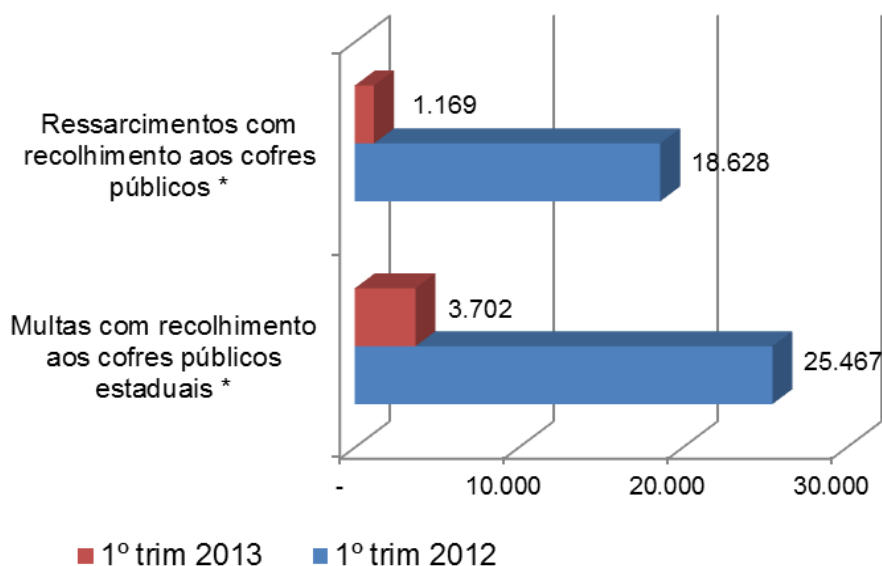
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	1º trim 2012	1º trim 2013
Processos distribuídos	2.484	1.966
Pareceres emitidos	1.461	1.301
Termos de atualização de valores a cobrar	30	9
Termos de verificação de valores pagos	13	3
Novas cobranças cadastradas no sistema	9	9

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	1º trim 2012	1º trim 2013
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	25.467,04	3.702,33
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	18.627,79	1.168,57
Total	44.094,83	4.870,90

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Nesse trimestre, verificamos uma redução no montante de multas e ressarcimentos em relação ao realizado em 2012. O aumento significativo da devolução do ressarcimento aos cofres públicos, do 1º trimestre de 2012 para o mesmo período de 2013, se deu principalmente tendo em vista a demanda dos agentes públicos a este Tribunal, por ser o ano de 2012 um período eleitoral. Vale salientar que a listagem com os nomes dos ordenadores de despesas foi solicitada pelo Procurador Regional Eleitoral, Dr. Carlos Fernando Mazzoco, contendo as contas julgadas irregulares desde o ano de 2004.



A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Encaminhado a Comissão de PAD.
4067/2011	Representação	22/06/2011	Encaminhado ao GAP.
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado ao GAP.
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
832/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Arquivado.
122/2012	Representação	09/04/2012	Em andamento na Corregedoria.
4612/2012	Encaminhamento	20/07/2012	Encaminhado a Comissão de PAD.
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Encaminhado ao GAP.
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Em andamento na Corregedoria.
193/2012	Representação	13/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
6446/2008	Representação	20/07/2012	Encaminhado ao Gac. Conselheiro Pimentel.
6628/2012	Encaminhamento	19/10/2012	Encaminhado ao GAP.
563/2004	Pessoal processo administrativo disciplinar	10/02/2004	Arquivo.
4272/2011	Representação	08/07/2011	Arquivo.
4835/2011	Esclarecimento	10/08/2011	Arquivo.
993/2012	Representação	15/02/2012	Arquivo
195/2012	Representação	13/01/2012	Arquivo.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas, prevista no artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 621 (Lei Orgânica do TCEES), de 09 de março de 2012, tem como Ouvidor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2012/2013).

No 1º trimestre, iniciou-se o planejamento do projeto de implantação dessa unidade no TCEES.

A ouvidoria é importante por se tratar de unidade especializada na interação com o público externo, no recebimento de manifestações da sociedade, no acompanhamento das respectivas demandas, na resposta aos demandantes, no fornecimento de informações gerenciais ao Tribunal de Contas, e na busca do aprimoramento da prestação do serviço e da ação fiscalizatória da aplicação dos recursos públicos, através de sugestões ao Órgão, contribuindo para uma gestão mais transparente e mais eficiente na Administração Pública.

As principais atividades do Controle Interno nesse 1º trimestre foram:

- ✓ Participação no Seminário de Orientação aos Prefeitos em parceria com a AMUNES. Data: 06/02/2013
- ✓ Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Transparência Pública ocorrida no Gabinete da Secretaria de Estado de Controle e Transparência.
- ✓ Palestra na Prefeitura de Cariacica sobre Sistema de Controle Interno. Data: 21/02/2013
- ✓ Palestras proferidas no curso de Ambientação para os novos Auditores do TCEES, com os temas “Código de Ética” e “Controle Interno – Principais Aspectos”. Data: 11 e 12/03/2013.
- ✓ Participação, junto à ATRICON, Instituto Rui Barbosa e Sebrae, no debate em incentivo às Micro e Pequenas Empresas, no auditório do TCEES – Seminário sobre a Lei Complementar 123/2006. Data: 13/03/2013
- ✓ Palestra ministrada no Seminário Regional de Gestão Pública Municipal, em Venda Nova do Imigrante. Data: 20/03/2013 (Região Central Serrana)
- ✓ Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno (CECI), visando redação da Minuta do Regimento Interno. Data: 26/03/2013

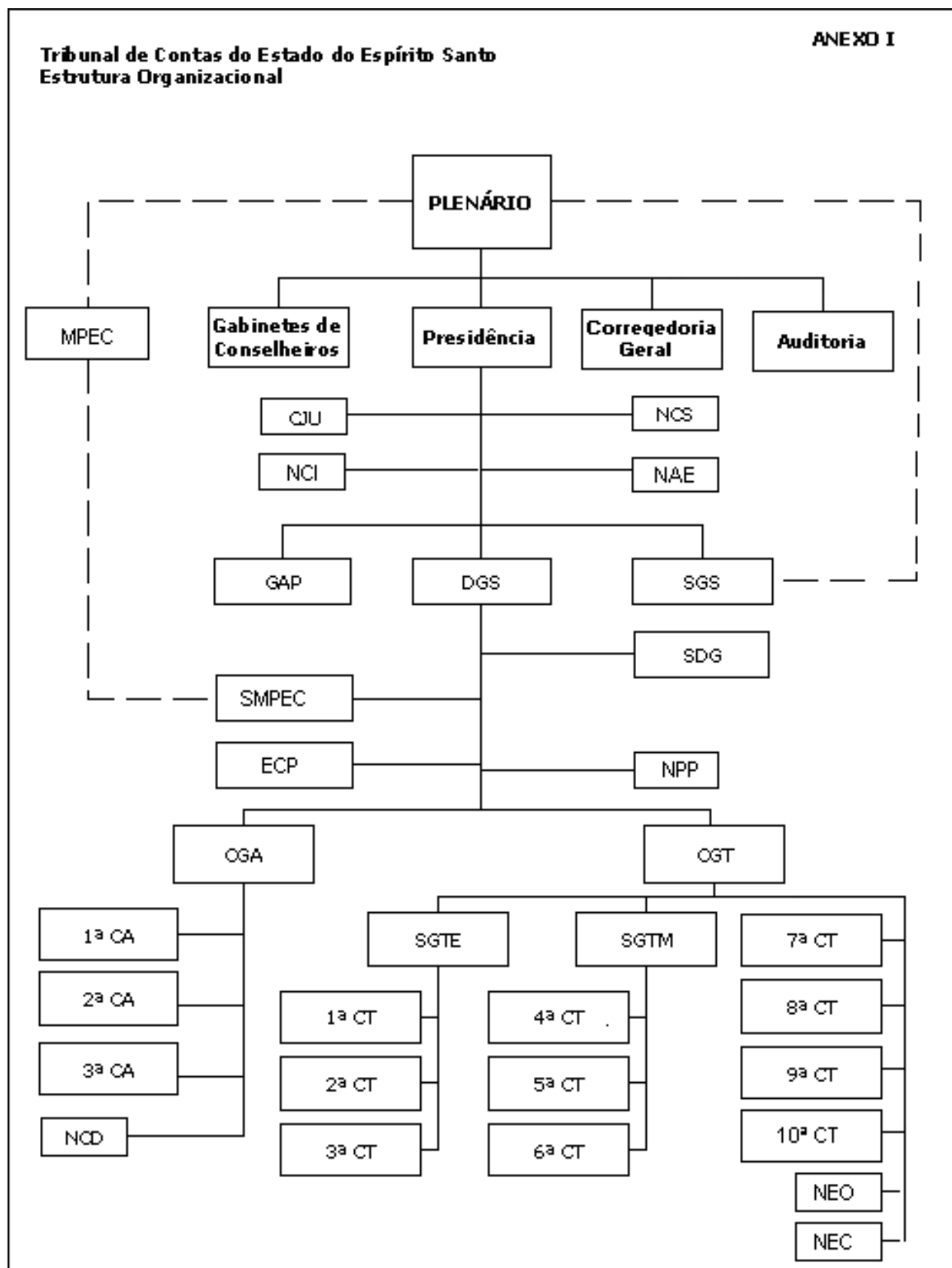
Em atendimento ao objetivo de exercer o acompanhamento da gestão de projetos no TCEES foi elaborado, em 2012, o Portfólio de Projetos 2012-2013, com projetos alinhados ao Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES. Este importante documento foi construído com a participação ativa de todos os servidores, contemplando a execução de 38 projetos estratégicos, priorizados para o biênio 2012-2013.

Para gerenciamento dos projetos e planos estratégicos, o TCEES utiliza o Software Channel, disponibilizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) aos integrantes do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX).

Destacam-se abaixo, os projetos iniciados e encerrados no 1º trimestre de 2013.

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Fevereiro	Benefícios das ações de controle externo para a sociedade	Portaria N nº 006/2013, DOE 05/02/13.	- Definir e propor metodologia de quantificação e registro dos valores examinados pelo TCEES e dos benefícios das ações de controle externo.
	Indicador: Desenvolver competências técnicas e gerenciais	Portaria N nº 005/2013, DOE 01/02/13.	- Definir indicador de desempenho para objetivo "Desenvolver competências técnicas e gerenciais" do Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES.
Março	Reformular o relatório de atividades do TCEES	Portaria N nº 011/2013, DOE 28/03/13.	- Definir e propor um novo modelo de relatório de atividades, trimestral e anual, para o TCEES.

Projetos encerrados no trimestre			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Março	Reestruturação dos gabinetes	19/03/2013	- Aprimorar os procedimentos de controle externo dos contratos de obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados, através da implantação do sistema GEO OBRAS no TCEES.



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Assuntos Estratégicos	NAE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPEC
Escola de Contas Públicas	ECP
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT
10ª Controladoria Técnica	10ª CT
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC